



Índice

- 01** Cheias no Norte do país desabrigam 250 famílias indígenas
- 02** Tenente Portela - 3ª Edição dos Jogos dos Povos Indígenas inicia nesta quinta-feira
- 03** Comunidades Ribeirinhas recebem visita da Prefeita Gislaine Lebrinha
- 04** Governo libera mais recursos para combate às cheias em Rondônia
- 05** Teto de escola indígena desaba e assusta alunos em Aracruz
- 06** Ricardo Nicolau recebe reivindicações de indígenas de São Gabriel da Cachoeira
- 07** Espaços de resistência e lutas desde a perspectiva das mulheres indígenas Mayas da Guatemala
- 08** Indicado pela OAB/RJ, indígena recebe medalha Chico Mendes
- 09** Suposto "ex-polícia indígena" é esfaqueado em aldeia de Caarapó
- 10** Lilly Sarti estreia na SPFW e mostra universo indígena
- 11** "Tem que ter um parlamento paralelo para tratar das questões indígenas".
Entrevista Álvaro Tukano
- 12** Inclusão digital chega às escolas das comunidades quilombolas
- 13** AGU afasta cobrança de taxa pelo fornecimento de informações para regularização de território quilombola do Vale do Ribeira
- 14** História dos índios cinta-larga é contada no filme 'Avaeté, semente de vingança', no



Teatro Municipal de Niterói

- 15 Exército vai instalar base militar em Una
- 16 Carlos Terena destaca importância da V Semana do Índio em MS
- 17 Bahia promove festival étnico-cultural quilombola a partir desta sexta(4)
- 18 Justiça cumpre reintegração de posse de comunidade quilombola no RN
- 19 Carlos Terena destaca importância da V Semana do Índio em MS
- 20 Os povos indígenas e o Brasil, mais de cinco séculos de ditadura
- 21 Jovem é esfaqueado próximo de aldeia indígena
- 22 Mapa tem nova exposição: "Armadilhas Indígenas"
- 23 Comunidade indígena de Pipipã consegue demarcação de terra
- 24 Índios voltam a acampar na Feira do produtor
- 25 Famílias indígenas aceitam áreas oferecidas por Incra
- 26 Exposição "Kuarup" tem inauguração hoje na Casa de Cultura
- 27 Prefeitura de São Bernardo promove 9ª Semana dos Povos Indígenas
- 28 Castanha do Brasil produzida por indígenas de MT atrai compradores do país
- 29 Morre Höpryre Ronore Jopikti Payaré, o grande chefe do povo Akrãtikatêjê
- 30 Juiz extingue ação de indenização a posseiros retirados de reserva em MT



Cheias no Norte do país desabrigam 250 famílias indígenas

SÍTIO CIMI, 02.04.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Rondônia vem ao público demonstrar preocupação e ao mesmo tempo indignação neste momento difícil em que se encontram aproximadamente as 250 famílias indígenas, que hoje se somam a tantas outras mil pessoas desabrigadas pela enchente histórica do rio Madeira que se prolonga a quase dois meses, inundando e expulsando comunidades ribeirinhas e urbanas, submergindo inúmeras plantações à beira dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé, e Pacaas Novos.

Sabemos que na região Norte o período de chuvas sempre foi um fator de preocupação para as populações que vivem às margens desses rios, porém, este ano assumiu proporções muito maiores, que colocam em risco a integridade física das famílias. Reconhecemos que existem catástrofes naturais que ameaçam a vida do planeta desde o princípio. Porém, na atualidade há novos fatores que aceleram este processo, como o aquecimento global, desmatamentos, processos erosivos no solo e a construção de hidrelétricas, como é o caso das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que segundo especialistas, apresentam erros no estudo de impacto ambiental.

É urgente que o Governo Brasileiro e autoridades competentes façam uma nova e criteriosa investigação técnica das construções e dos impactos ambientais e sociais. Que ela seja feita por profissionais especialistas e independentes, segundo indicativo do Ministério Público Federal, à exigência e à insistência da sociedade civil organizada.

O município de Guajará-Mirim está em estado de emergência desde o dia 12 de fevereiro, quando a única rodovia de acesso foi alagada pela cheia do Rio Madeira e seus afluentes. O Rio Mamoré, que separa o município da Bolívia, também alcança níveis históricos, chegando a quase 15 metros. Igualmente grave é a situação nos outros rios, provocando muito sofrimento a todas as famílias que vivem nestes locais. No município de Humaitá (AM) as famílias indígenas, ribeirinhas e urbanas enfrentam as mesmas dificuldades.

Os povos indígenas Oro Wari, Makurap, Tupari, Djoromitxi, Canoé, Wayoro, Aruá, Cassupá, Cujubim, Cabixi, Sakirabiar, Oro Wim, da Região de Guajará Mirim, e os povos Parintintim e Tenharim, em Humaitá, que também vivem às margens dos rios Mamoré, Guaporé, Pacaas Novos e Madeira, estão sendo desabrigados e em algumas aldeias as roças estão completamente inundadas.

Os povos indígenas e as populações tradicionais estão vivendo um momento de caos, perdendo todos os seus bens e as fontes de sustento. Exigimos que o Governo adote medidas que facilitem o acesso aos direitos de serem assistidos, garantindo assim a integridade física e cultural aos indígenas, ribeirinhos e famílias que vivem nas áreas urbanas de Guajará Mirim, Porto Velho e Humaitá, dando a devida assistência à todas as famílias flageladas, para que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

possam recuperar suas terras, suas casas e seus bens, considerando que a moradia tradicional é um bem sagrado e um direito constitucional.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
Regional Rondônia



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

Tenente Portela - 3ª Edição dos Jogos dos Povos Indígenas inicia nesta quinta-feira
SÍTIO FOLHA POPULAR, 02.04.2014



Inicia nesta quinta-feira, 3, até o domingo, 6 de abril, a 3ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul, no município de Tenente Portela, no setor do Km 10 da Terra Indígena do Guarita. Para a execução do evento a Fundação do Esporte e Laser do Rio Grande do Sul (Fundergs) conta com o apoio das prefeituras municipais de Tenente Portela, Miraguaí e Redentora, além da comunidade da Terra Indígena do Guarita. Acadêmicos do curso de Educação Física da URI auxiliarão na arbitragem e na organização do evento.

O evento visa promover e resgatar a tradição e cultura indígena no estado, através da prática de esportes e de manifestações culturais tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

A expectativa é de contemplar cerca de 500 indígenas representantes de 16 comunidades dos povos Guarani Mbÿa e Kaingang, que durante quatro dias promoverão a celebração através das suas expressões culturais, fomentando o resgate, a revitalização e principalmente a valorização de sua cultura por meio do conagraamento entre os Povos Indígenas.

As atividades esportivas são organizadas entre os jogos tradicionais e não tradicionais. Os jogos tradicionais serão arco e flecha, arremesso de lança, cabo de força, demonstração da corrida do milho, lutas corporais, batalha aquática, tiro com arco de guerra e pesca. Os jogos não tradicionais serão futebol, futebol 7, natação em águas abertas, corrida curta, corrida de fundo e vôlei.

Além dos esportes, a programação inclui a realização de oficinas de pintura corporal, jogos e brincadeiras tradicionais indígenas, mostra de artesanato e culinária indígena e a realização de um fórum de discussões sobre a importância da preservação das manifestações esportivas e culturais indígenas do Rio Grande do Sul e sua relação com o meio ambiente.



Comunidades Ribeirinhas recebem visita da Prefeita Gislaine Lebrinha

SÍTIO CORREIO DO VALE, 02.03.2014

A prefeita do município de São Francisco do Guaporé Gislaine Clemente (Lebrinha) esteve nos dias 27 e 28 de março nos distritos de Santo Antônio e Pedras Negras em visita às Comunidades Ribeirinhas, prestando assistência e ouvindo as necessidades dos moradores, a mesma esteve acompanhada de uma comitiva composta pelos vereadores Orlando Pinheiro Torres e Claudio Lopes de Lima, Secretários Municipais de Meio Ambiente, Educação, Administração e uma representante da Secretaria de Saúde.

A prefeita percorreu todos os lares dos distritos de Santo Antônio e Pedras Negras e discutiu vários assuntos em relação à melhoria de vida dos ribeirinhos.

Dentre os vários assuntos tratados nas comunidades, foi discutida a perfuração de poços artesianos, no distrito de São Antônio, visando à melhoria e qualidade de vida e saúde através do fornecimento contínuo de água de boa qualidade para o consumo assegurando a redução e controle de doenças.

No distrito de Pedras Negras a comitiva visitou o Posto de saúde local, visando um espaço para adequação de uma cadeira odontológica para atender os ribeirinhos, também esteve em pauta a construção de um barracão para a instalação da Farinheira já existente, visando o fortalecimento do comércio local, bem como a melhoria de renda dos mesmos.

Foi visitada também a escola local onde a prefeita e secretários puderam apreciar o desenvolvimento escolar e a boa qualidade do aprendizado, para a melhoria na área pedagógica foi ampliado um espaço adequado para a Coordenação da escola.

No ensejo prefeita apresentou a possibilidade de uma casa de apoio na cidade de São Francisco do Guaporé para abrigar os ribeirinhos e funcionários quando os mesmos estiverem no município.

Em reunião com os funcionários locais, LEBRINHA diz estar muito feliz e otimista com as visitas realizadas, onde constatou melhorias e desenvolvimento nos distritos, e diz que sua luta continua sendo a igualdade de direitos para todos os moradores de São Francisco do Guaporé/RO, inclusive os ribeirinhos.

Fonte: Assessoria de imprensa



Governo libera mais recursos para combate às cheias em Rondônia

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 02.04.2014

O governo federal autorizou o repasse de mais R\$ 827.258,42

O governo federal autorizou o repasse de mais R\$ 827.258,42 para ações de defesa civil em Rondônia. A portaria do Ministério da Integração Nacional foi publicada hoje (2) no Diário Oficial da União.

A população do estado sofre com a maior cheia já registrada no Rio Madeira. O rio, que tem cota de alerta de 14 metros, registrou, em medição na tarde de ontem (1º), 19,67 metros. Em todo o estado, 5.093 famílias foram afetadas pelas enchentes, a maioria ribeirinhos de Porto Velho (RO) e seus distritos. As autoridades do estado esperam que, nos próximos dias, o nível do rio se estabilize e inicie a vazante.

Leia mais notícias em Economia

Este é o quarto repasse de recursos para o estado. O primeiro, no valor de R\$ 564,8 mil, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de fevereiro. A segunda ajuda financeira foi R\$ 5.266.446,75, divulgada no dia 6 de março. Em 26 de março, houve a liberação de R\$ 884 mil.



Teto de escola indígena desaba e assusta alunos em Aracruz

SÍTIO FOLHA VITÓRIA, 02.04.2014

O teto de uma escola indígena, localizada na Aldeia Caeiras Velha, em Aracruz, desabou na tarde desta quarta-feira (02). O acidente deixou os alunos e os professores da escola assustados, mas ninguém saiu ferido.

A sala onde o teto desabou é dos alunos que cursam o segundo ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Indígena Caeiras Velha. Eles haviam acabado de entrar na sala de aula quando o teto, que é de gesso, caiu.

De acordo com o tio de um aluno, a escola apresenta muitos problemas estruturais. Ele disse ainda que teme que outros episódios como este se repitam na instituição.



Ricardo Nicolau recebe reivindicações de indígenas de São Gabriel da Cachoeira
SÍTIO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, 02.04.2014

O deputado estadual Ricardo Nicolau (PSD) recebeu, nesta quarta-feira (2), reivindicações das comunidades Iauaretê e Pari-Cachoeira, de São Gabriel da Cachoeira (a 852 km de Manaus). Por iniciativa do parlamentar, lideranças indígenas utilizaram a tribuna popular da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) para expor as dificuldades atuais do município.

Da tribuna, os caciques Afonso Machado e Domingos Lano relataram os problemas de abastecimento de alimentos, infraestrutura, mobilidade e saúde pública que atingem comunidades indígenas que compõem o Triângulo Tukano, na região do Alto Rio Negro, onde vivem mais de 7 mil indígenas de 13 etnias.

“Os problemas são muitos. O município de São Gabriel da Cachoeira, como um todo, passa por muitos problemas”, destacou Ricardo Nicolau, afirmando que buscará a soma de forças com os demais parlamentares e os governos estadual e federal. “Essa união é importante porque ali moram brasileiros que precisam de ajuda.”

Reivindicações

De acordo com os líderes, as comunidades de São Gabriel da Cachoeira estão convivendo com a ausência de investimentos e políticas públicas nas áreas de sustentabilidade, agricultura de subsistência, geração de renda, infraestrutura e mobilidade terrestre e fluvial.

Os indígenas atribuem a situação ao difícil acesso às comunidades e à distância em relação à capital, o que gera altos custos de logística. “Somos guardiões ricos e pobres ao mesmo tempo”, disse o cacique Afonso Machado, referindo-se às riquezas naturais do local que, conforme a lei brasileira, não podem ser exploradas.

Da tribuna, eles reivindicaram apoio dos deputados para legalizar a exploração, venda e compra de recursos vegetais, hídricos e minerais das comunidades. Também pediram propostas legislativas que contemplem piscicultura, criação de galinha caipira, agricultura familiar e a aquisição de transporte fluvial.

Para o cacique Domingos Lano, o apoio do Parlamento será decisivo para mudar a atual realidade dos indígenas. “Não queremos ser esquecidos, somos indígenas brasileiros. Não são poucas as nossas dificuldades. Precisamos de atendimento diferenciado e para isso precisamos de lei que assegurem isso”, destacou.

Saúde

Em outubro do ano passado, o deputado Ricardo Nicolau esteve nas comunidades Iauaretê e Pari-Cachoeira. Nesta última, o parlamentar constatou o alto índice de filariose linfática,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

doença tropical parasitária, conhecida como elefantíase em casos crônicos. Profissionais da saúde de São Gabriel da Cachoeira temem uma epidemia.

Como presidente da Comissão de Saúde da Aleam, o parlamentar solicitou providências da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde. Testes feitos na população apontaram a infecção de quase 40% da população pelas larvas do verme causador da doença.

Texto: Assessoria do Deputado



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

Espaços de resistência e lutas desde a perspectiva das mulheres indígenas Mayas da Guatemala

SÍTIO IFCH, 02.04.2014




Seminários Permanentes do CPEI

Espaços de resistência e lutas desde a perspectiva das mulheres indígenas Mayas da Guatemala

Com Kenia Herrera Rivera (Doutoranda em PPGAS/UNICAMP)

O seminário tem como objetivo explorar a diversidade de leituras sobre as mulheres dos povos Mayas da Guatemala, em relação às assimetrias de poder nas relações sociais, incluindo entre homens e mulheres. Estas leituras são feitas a partir de suas próprias visões do mundo e epistemologias indígenas. Neste sentido, é importante analisar as contribuições teóricas que estas mulheres realizam desde suas próprias práticas, lutas e concepções.

Dia 02 de abril de 2014
14h, na Sala Multiuso

Organização: Prof. Dr. José Maurício Arruti
Promoção: Seminário Permanente do CPEI
Apoio Técnico: Secretaria de Eventos - IFCH



Organização: Prof. Dr. José Maurício Arruti

Com Kenia Herrera Rivera (Doutoranda em PPGAS/UNICAMP)

O seminário tem como objetivo explorar a diversidade de leituras sobre as mulheres dos povos Mayas da Guatemala, em relação às assimetrias de poder nas relações sociais, incluindo entre homens e mulheres. Estas leituras são feitas a partir de suas próprias visões do mundo e epistemologias indígenas. Neste sentido, é importante analisar as contribuições teóricas que estas mulheres realizam desde suas próprias práticas, lutas e concepções.

Promoção: Seminário Permanente do CPEI



Indicado pela OAB/RJ, indígena recebe medalha Chico Mendes

SÍTIO OAB/RJ, 02.04.2014

Os protestos contra a violência policial e pela abertura dos arquivos da ditadura deram o tom da cerimônia de entrega da 26ª Medalha Chico Mendes, ocorrida nesta terça-feira, dia 1º, exatamente 50 anos após o golpe militar de 1964. A cerimônia foi realizada na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, no Centro do Rio. A condecoração, criada pelo Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ), é outorgada anualmente àqueles que se destacam na defesa dos direitos humanos. Foram homenageados, ao todo, 13 pessoas. Uma delas, o cacique Ládio Veron, foi indicado pela OAB/RJ por sua liderança na luta pela resistência indígena.

cacique

Ao discursar durante abertura da solenidade, a presidente do GTNM-RJ, Victória Grabois, enumerou, as reivindicações do grupo. "Exigimos a libertação dos presos nas manifestações populares do ano passado, a anulação dos inquéritos, a punição dos responsáveis pela violência policial, o fim do aparato repressivo, a desmilitarização da PM e a erradicação das torturas", listou. Ao mencionar o período ditatorial, ela acrescentou que o grupo quer que o estado brasileiro adote medidas para que agentes públicos envolvidos em crimes contra a humanidade sejam investigados e responsabilizados. Além disso, Victória pediu a publicação de todos os arquivos da ditadura e o cumprimento integral da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o Caso Araguaia, encontrando eco nas cerca de 300 pessoas que lotavam o auditório.

Um dos componentes da mesa do evento, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Marcelo Chalhó, foi o responsável pela homenagem ao cacique Ládio. Antes de entregar a medalha, Chalhó explicou o porquê da escolha. "Estive no Mato Grosso do Sul, onde fiquei três dias convivendo com os Guaranis. Ládio é a principal liderança indígena marcada para morrer ao sul da Região Centro-Oeste e sua tribo, junto com os Tupinambás, encerra uma das principais luta de resistência no país", contou.

Segundo Chalhó, foram feitas diversas denúncias e, mesmo assim, a insegurança é permanente. "Apesar de estar inscrito no programa federal de proteção à testemunha, não existe segurança. Só o agronegócio é garantido", disse.

Ládio presenciou o assassinato do pai e diversos abusos contra familiares e outros índios guaranis. Emocionado, ele agradeceu a homenagem prestada e pediu justiça para seu povo. "Já perdemos muitas lideranças. Perdi meu pai, meus irmãos e minha sobrinha. Outros foram levadas pela polícia. Peço para o Brasil e para nossos governantes que olhem por nós, já que somos seres humanos. Queremos nossos filhos brincando, vivendo tranquilos. Estamos sendo oprimidos, mortos e exterminados. A constituição tem que ser cumprida. A demarcação está demorando e nossas terras estão sendo invadidas pelo agronegócio", denunciou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

Foram agraciados com a Medalha Chico Mendes, ainda, Adriano Fonseca Filho (in memorian), Amarildo de Souza (in memorian), Amir Haddad, o ex-presidente João Goulart (in memorian), Julian Assange, Luiz Claudio Cunha, Luiz Maranhão (in memorian), Manoel Martins, Marcos Antônio da Silva Lima (in memorian), Rafael Braga, Raquel Dodge e Sérgio Suíama.



Suposto “ex-polícia indígena” é esfaqueado em aldeia de Caarapó

SÍTIO A GAZETA NEWS, 02.04.2014

Autor do golpe teria relatado que facada era por vingança, por a vítima o teria agredido no passado.

Vilson Nascimento

O indígena Valmir Paim, de 23 anos, foi internado no Hospital São Matheus no início da noite dessa quarta-feira, 2 de abril, após levar uma facada na região das costelas, no interior da reserva onde reside, em Caarapó.

Segundo a vítima, ele transitava de bicicleta pelo interior da Aldeia Tey’ Kuê, quando teria se aproximado um indivíduo que ele afirma conhecer só pelo primeiro nome, “Daniel”, e desferido o golpe de faca.

De acordo com relatos de Valmir à polícia, o acusado teria relatado que a facada seria por vingança, já que tempos atrás a vítima, quando atuando sob o comando de uma liderança da aldeia e integrando a chamada “polícia indígena” durante ronda realizada no interior da reserva teria lhe agredido.

O caso foi encaminhado à Delegacia de Polícia Civil de Caarapó, que vai atuar na investigação.
Fonte: A Gazeta News



Lilly Sarti estreia na SPFW e mostra universo indígena

SÍTIO JORNAL DE BELTRÃO, 02.04.2014

A marca Lilly Sarti, das irmãs Lilly e Renata Sarti, apresentou pela primeira vez uma coleção nas passarelas da São Paulo Fashion Week - SPFW. Para a estreia, a marca se inspirou no universo indígena e western norte-americano para vestir uma mulher contemporânea e urbana.

São minivestidos colados ao corpo, saias amplas, vestidos lânguidos esvoaçantes e o destaque vai para a cintura bem marcada. As fendas profundas e os decotes bem desenhados no busto dão sensualidade às peças. Forte característica do universo western, as franjas aparecem nos detalhes: em ankle boots, bolsas de mão e barra das calças jeans, que vieram bem trabalhadas e ganharam cores, como amarelo e marrom, e estampas da mesma cor.

Os anéis duplos e os colares extralongos são acessórios que complementam os looks. Café, off white, preto e marrom compõem a cartela de cores da coleção.



"Tem que ter um parlamento paralelo para tratar das questões indígenas". Entrevista Álvaro Tukano

SÍTIO REVISTA MISSÕES, 02.04.2014

"Para tratar a questão indígena, a Funai deveria ser dirigida pelos índios. Colégios e outras grandes organizações que afetam os índios devem ser dirigidos por nós ou por técnicos escolhidos por nós", defende Álvaro Tukano, líder indígena do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, em entrevista concedida pessoalmente à IHU On-Line, na semana passada, quando esteve na Unisinos participando do I Congresso de Direito, Biotecnologias e Sociedades Tradicionais, promovido pelo PPG em Direito.

Álvaro Tukano é uma das lideranças que tem articulado o debate com o poder público, reivindicando que os direitos indígenas determinados na Constituição Brasileira sejam respeitados.

Em conversa com a IHU On-Line, ele fez críticas ao governo federal e às organizações que tratam da temática indígena. "Nós somos povos tradicionais, sabemos como tem de ser a saúde, a educação, a defesa dos territórios. Temos que discutir esses assuntos com pessoas que entendam da questão indígena, e não com Gilberto Carvalho e essa turma que só quer falar de ideologia, que só quer salvar Cuba e ajudar a construir portos naquele país, enquanto para nós não constroem nenhuma estrada."

Para Álvaro Tukano, o governo do PT tem sido uma grande decepção para os indígenas de todo o país. "Eu fui filiado ao PT durante 30 anos, mas este ano não vou votar no partido e já disse na minha aldeia para não votarem, porque fomos traídos. Não temos mais o gosto de dizer que iríamos mudar o Brasil. Mudamos para pior. Foi nesse governo que perdemos mais de mil lideranças indígenas à bala. E isso não é bom. É nesse governo que está ocorrendo a situação dos Guarani-Kaiowá. O mundo inteiro sabe disso, menos a Dilma. A composição do governo corrompeu e está cheia de quadrilhas", lamenta.

Álvaro Tukano participa do projeto Corredores Digitais do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT), desenvolvido em áreas indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quantas etnias indígenas vivem na Amazônia atualmente e em que condições? Pode nos traçar um panorama da situação indígena na Amazônia?

Álvaro Tukano - A Amazônia concentra a maior população indígena do país: 60% da população está lá, onde existem os maiores territórios, água e muita biodiversidade. Isso graças à distância com a fronteira agrícola e porque tivemos o apoio dos Caingangues e de todos os outros povos que existem no Brasil, que "jogaram muito duro" com a colonização para defender a sua identidade. Então, nós agradecemos por isso.

CONT.



No Sul existem Caingangues que tiveram confrontos gravíssimos nestes 500 anos, que são iguaizinhos aos confrontos enfrentados pelos meus parentes que estão lá na Baía da Traição, os Potiguara, ou aqueles que estão no Amapá, ou eu, que estou na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Todos nós sofremos com a pressão de colonização que quer integrar o índio ao capitalismo. Onde entrou o capitalismo forte, os índios ficaram sem territórios.

Sabemos que na Região Sul existem mais de 240 acampamentos às margens das estradas, sendo a maioria de crianças que não têm escolas, não têm rios, não têm nada. A Funai, que é o órgão governamental para cuidar desses assuntos, por ser tão desmantelada pelo próprio governo, não fez quase nada em relação à demarcação das terras indígenas. Esse Estado é contraditório, é antidemocrático, não sabe o que é Justiça. Só pensa no PIB, em se desenvolver, e mente para a opinião pública.

IHU On-Line - Na Amazônia existem conflitos entre indígenas e não índios como existem no Mato Grosso do Sul?

Álvaro Tukano - No Maranhão, os Guajajara são cassados pelos garimpeiros e pistoleiros; no sul do Pará, tem avançado o desmatamento da Amazônia; no Estado de Rondônia, os Suruí têm uma organização forte e já sabem se defender, mas há uma forte presença de invasores e de garimpeiros com interesses em empreendimentos de mineração. Mas onde tem diamante o índio não tem "passo", onde tem madeira o índio não tem "passo". Então, parece que a doença do homem que veio da Europa é tirar tudo da Amazônia e, não estando satisfeito, arrancar tudo e depois colocar soja no lugar.

Em Roraima existem índios bastante organizados, que formam o Conselho Indígena de Roraima - CIR, que teve grandes avanços como movimento indígena. É uns dos melhores da Região Norte. Eles tiveram um confronto com o Quartiero [o deputado federal Paulo Cesar Quartiero (DEM/RR)], um gaúcho que foi lá implantar a monocultura de arroz, e acabou sendo expulso pelos índios. Mas agora estão cometendo os mesmos erros na Ilha do Marajó, levando a monocultura, corrompendo os políticos, colocando pistoleiros. São essas as pessoas que levam a miséria para o país. Já no Estado do Acre, o pessoal está mais organizado. São lideranças espirituais, curandeiros que têm uma experiência própria de fazer contato com os brasileiros e outras pessoas para mostrar seus valores culturais. Então, eles fazem o turismo de cura. Muitas pessoas que estão cansadas de sofrer ou de comprar remédios nas farmácias procuram esses pajés do Acre e saem de lá curados.

A Funai fica sem saber o que fazer com essa situação, e quer discutir como deve ser feito o turismo na área indígena. Só que a Funai não tem essa capacidade. Ela serve para defender as questões indígenas de modo geral. Também fica difícil para a Funai defender o índio que já é advogado, o índio que tem faculdade, que é comerciante, que é consultor de banco. Não dá para comparar esses índios com os índios isolados que vivem na Amazônia. Existem mais de 70 povos indígenas que ainda não têm contato com os brancos nem com os demais índios.

Nós não podemos ser tratados pela Funai da forma que o PT quer. Nós não somos galinha ou macaco de PT, nós somos povos diferentes, temos territórios próprios, somos brasileiros e vamos desenvolver a nossa cultura ao nosso modo e de acordo com as nossas tradições. Daí a

CONT.



necessidade de termos aliados no Rio Negro, no Estado da Amazônia. Somos 67 povos indígenas. A maior concentração de índios da Amazônia está no Estado do Amazonas: devem ser mais de 170 mil índios hoje. No total, no Brasil, somos mais de 314 povos, 750 mil índios que ainda conseguimos confrontar com o Congresso desqualificado para tratar da questão indígena.

Nós temos um Congresso de elite corrompido pelo agronegócio. O pessoal só sabe engordar o boi europeu ou dos Estados Unidos, e nós somos contra isso. Apesar de ocuparmos 13% do território nacional, não somos proprietários da terra do Brasil, muito pelo contrário, tomamos conta do patrimônio brasileiro.

"Nós não podemos ser tratados pela Funai da forma que o PT quer"

IHU On-Line - Os diferentes povos indígenas se reúnem para fortalecer as discussões em torno da questão indígena?

Álvaro Tukano - Cada regional tem uma organização. Por exemplo, a Arpinsul-APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, com sede na cidade de Curitiba, congrega os Caingangues, que é a terceira maior população indígena do país. A organização tem um Conselho de Caciques que define qual deve ser a pauta para tratar com o governo. Mas como os membros do governo não entendem, acaba havendo conflitos.

Os índios do Nordeste também têm uma Organização Regional. No Centro-Oeste há outra organização comandada pelos Terenas, no Norte existe a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, e tem a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que discute as leis. Esses não são índios como a Funai gostaria que fossem. São índios advogados, poetas, índios que entendem como funciona a "lei do branco". Nós temos boas lideranças para defender os interesses reais dos povos indígenas. Essa verdade dói ao governo.

IHU On-Line - Os indígenas que vivem na fronteira com a Venezuela e a Bolívia se relacionam com as comunidades indígenas dos países vizinhos?

Álvaro Tukano - Como nos reunimos com outros povos indígenas brasileiros, também nos reunimos com os nossos parentes Tukano que estão na Venezuela, no Equador, na Bolívia e no Brasil. Eles são meus irmãos e nós falamos a mesma língua. Essa confusão da invenção do Brasil, da Bolívia, da Venezuela não nos interessa. O que nos interessa é respeitar o que os nossos países ensinaram e qual é a nossa missão aqui na Terra.

Temos outros parentes vizinhos que moram nos Andes e temos contato com eles, além de ter contato com os Mapuche, no Chile, com os Guaranis, no Paraguai, com outros parentes na Venezuela, no México e também na Argentina, mas com esses últimos a relação é mais difícil porque são de um país que sempre tratou a questão indígena como inexistente. Nós realizamos reuniões para fortalecer a comunicação entre latino-americanos. Toda vez que organizamos essas reuniões, os nacionalistas dizem que queremos internacionalizar a Amazônia, ou que os índios estão vendendo o Brasil, e assim ficam inventando uma série de mentiras. O que estamos defendendo são nossos valores, as plantas, a água, os recursos que nos dão

CONT.



alimentos. Aquele território é sagrado para nosso povo, não é um lugar para colocar soja e deixar o solo miserável como querem hoje.

Então, existe essa força política de mais de 300 milhões de índios que se integram para ter força política junto às Nações Unidas para tratar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que fazemos parte.

Bem ou mal o Brasil tem uma lei bonita, mas se não pressionarmos, ela não é praticada. Os colombianos estão muito bem, eles têm senadores e governadores indígenas, os venezuelanos estão muito bem, a Bolívia tem um presidente que é filho da terra. Não podemos fazer isso aqui, no Brasil, mas em muitos países existem índios que são prefeitos, vereadores, diretores de escolas, educadores, padres.

O que nos interessa é tratar como está a questão cultural, como vamos fazer cerimônias para curar nossos doentes, como vamos nos reunir como povos antigos e deixar de lado essa vaidade partidária e ideológica que não serve.

"Nós nunca tivemos tantos conflitos como nesse governo do PT"

IHU On-Line - Há conflitos entre indígenas por disputa territorial ou outras questões?

Álvaro Tukano - Não, isso é muito difícil. Nós estamos sendo perseguidos pelas milícias, pelos fazendeiros, pela polícia federal. Nós nunca tivemos tantos conflitos como nesse governo do PT.

IHU On-Line - Quais eram as dificuldades das comunidades indígenas durante o período da Ditadura Militar, quando foi construída a Transamazônica e quais são as dificuldades enfrentadas hoje?

Álvaro Tukano - Foi difícil, porque à época tinha uma política de integração, quer dizer, o homem indígena tinha que receber nome de santo católico e conhecer a Bíblia. Fomos proibidos de falar nossas línguas, de colocar os nossos nomes verdadeiros nos cartórios, e depois fomos taxados de comunistas, rebeldes e antiprogressistas. Quem não quer progresso são os padres que não respeitam as leis; quem não quer progresso são os políticos que não sabem nem o que é biodiversidade, ficam falando besteira no Congresso Nacional e não têm nenhum compromisso social quando se trata da questão indígena.

Durante a ditadura, o índio tinha que continuar com cara de índio, mas não tinha que falar coisa de índio, mas, depois dessa Constituição, nós temos o direito de processar o governo brasileiro; ele é nosso réu em todos os sentidos nas instâncias internacionais. A Constituição foi uma grande conquista. Mas hoje o Congresso Nacional está tirando o poder da Funai para poder demarcar nossas terras.

Hoje é mais fácil de brigarmos, mas é difícil termos a nossa representação no Congresso Nacional. Aproveitando-se da nossa ausência indígena, os senadores e deputados discutem temas relacionados às áreas de mineração, de agronegócio. É preciso que haja o equilíbrio no diálogo do Congresso Nacional e da sociedade civil organizada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

Os jovens índios e não índios que não passaram pela ditadura militar pensam que ter uma bolsa escola é uma maravilha. Eu penso o contrário: é bom, sim, mas o importante é aproveitar essa oportunidade para poder aprender a defender o futuro deles. Eu sou de um povo de conhecimentos tradicionais, oral. Nós não tínhamos a escrita, e a colonização nos trouxe ela, e nós a utilizamos para entender, para escrever o que nos interessa poder divulgar.

IHU On-Line - Os jovens indígenas estão engajados nas questões do seu povo e têm uma preocupação com a formação universitária?

Álvaro Tukano - Alguns estão. Outros só querem pintar as unhas, furar a orelha e fazer tatuagem. É interessante, mas sou totalmente contra isso. Eu acredito que o estudante tem que estar comprometido com a causa social, senão está aprendendo o quê? Estarão a serviço da Igreja e do Estado? Isso não tem sentido para nós.

IHU On-Line - Existem muitos pesquisadores estrangeiros na Amazônia investigando os recursos naturais brasileiros?

Álvaro Tukano - Nós, índios, nunca levamos cientistas para as nossas reuniões. O que acontece é que esses pesquisadores ou intrusos são levados por algumas ONGs que vivem fazendo convênio com as universidades. De alguma maneira, nós ajudamos muitos doutores sendo apenas informantes, mas esses recursos nunca voltaram para nós.

Houve e há muitos estrangeiros na Amazônia, e o culpado por isso é a globalização. Muitos falam que o índio quer ser globalizado, mas nós não queremos. Existem, sim, muitos pesquisadores tirando sangue de índio, cortando cabelo de índio, enganando índios e também não índios, como os seringueiros e os quilombolas. Essas pessoas gostam de usar o índio e eu os chamo de "gigolô de índio".

"Toda vez que temos aparelhos não indígenas, viramos objeto de observadores"

IHU On-Line - Quais tecnologias estão presentes nas aldeias da Amazônia?

Álvaro Tukano - A tecnologia está mais presente nas escolas, onde aprendemos a usar o computador, a internet, o e-mail e o celular. Para muitos índios essas tecnologias são muito importantes como instrumentos de comunicação, mas os não índios acham que estamos deixando de ser índios quando usamos essas ferramentas, quando usamos relógio, roupa ou quando estamos nas universidades. Eles acham que lugar de índio é no meio do mato. Tenho dito que lá é bom quando não tem malária, quando não tem doença, mas o importante é estarmos onde está a decisão. E os brasileiros tomam a decisão política em Brasília. Nós temos uma visão grande, sabemos quem são os governantes, os senadores, os deputados e, inclusive entre os índios, quem é bom ou não. Por isso, as tecnologias são importantes para escolhermos as pessoas com quem dialogar. Hoje é possível mudar a sociedade brasileira usando as tecnologias de comunicação, para diminuir os confrontos desnecessários. O uso da tecnologia tem esse valor de encurtar as distâncias.

IHU On-Line - Como as tecnologias podem ajudar a manter os saberes tradicionais?

CONT.



Álvaro Tukano - Os não índios são muito mais vulneráveis para sobreviver do que os índios. Uma criança que está na favela é bem diferente de uma criança filha de rico, que vive em Copacabana, por exemplo. O índio vive no mato, correndo. Nas nossas comunidades não existem creches para as crianças. Os nossos adultos são cantores, benzedores, que cuidam dos nossos filhos e dos netos. Na sociedade, os brancos abandonam os velhos e as crianças. Nós não temos essa confusão.

A tecnologia serve para ajudar a proteger nossos territórios, porque temos muitos bancos de conhecimento próprio, de propriedade intelectual, e isso pode ser compartilhado com as pessoas que têm o mesmo pensamento. Os bens que temos no Brasil não são para não serem tocados: água tem de ser explorada, mineração tem de ser explorada, mas de uma maneira organizada, e não da forma como está sendo feito, beneficiando sempre as mesmas construtoras. A Petrobras continua com a mesma máfia de sempre, o poder que está aí não serve para a minoria, o SUS não funciona para os indígenas. É muito melhor eu usar a tecnologia e, através da internet, falar com um índio de outra localidade, e saber o que ele utiliza para curar uma doença.

IHU On-Line - O senhor disse recentemente que na Amazônia existem 16 telecentros que beneficiam 52 mil índios. Em que consistem esses telecentros e como favorecem as comunidades?

Álvaro Tukano - O uso da tecnologia iniciou com Mário Juruna, que usou um gravador para gravar a fala dos coronéis. Quando ele chegava à comunidade, chamava os parentes e mostrava, por exemplo, as promessas do presidente da Funai e víamos que as promessas não eram cumpridas. Aí ele voltava a cobrar o presidente da Funai, e isso virou um deboche.

Toda vez que temos aparelhos não indígenas, viramos objeto de observadores. Mas não é assim que somos. Para nós, ter acesso à tecnologia e ler textos de sustentabilidade é muito importante.

Os padres têm suas rádios, os militares têm suas rádios, mas eles sempre nos isolaram e sempre pudemos falar somente o que interessava a eles. Por isso, temos levado alguns pastores para a aldeia, porque pastor não bebe, não mente, tem mulher, e eles são diferentes de certos padres da minha região, que gostam de namorar as índias. Eles dizem que pecam, mas eu não gosto dessa "intenção". Quando queremos reclamar, não temos mais para quem nos queixar, porque todas as pessoas, seja na Funai ou nas igrejas, são as mesmas e sempre arquivam as nossas queixas.

Mas o que aconteceu de bom nesse governo foram os pontos de cultura. No Rio Negro, temos 14 pontos de cultura que beneficiam mais de 52 mil índios, ou seja, podemos usar as máquinas dos telecentros para fazer nossas teleconferências na região e em qualquer parte do mundo, quando utilizamos o Skype. Nesses pontos de cultura, trocamos informações com outros povos. Por exemplo, como vou tratar diarreia brava num ponto xis do Rio Negro? Nós nos comunicamos com índios de outros lugares e pedimos uma sugestão. Quando somos ameaçados por garimpeiros, por exemplo, conseguimos mobilizar outros povos para proteger o nosso território. Por isso é importante o uso da comunicação. Também podemos gravar a nossa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

imagem e a nossa voz para ver como é importante falar bem a língua portuguesa e a língua tukana.

A comunicação deve ser construída. Esse diálogo deve ser equilibrado, porque se você não me entender, não conhece a minha cultura, você sempre vai achar que é melhor que eu, e vice-versa. E isso não é bom.

"Todos os Projetos de Lei que tratam da questão indígena no Congresso Nacional não servem para nós"

IHU On-Line - O senhor sabe quantas terras indígenas estão em processo de demarcação ou homologação na Amazônia?

Álvaro Tukano - No governo Dilma não tem nenhuma. Ela é contra a demarcação da terra. Quem mais demarcou terras indígenas em curto tempo foi o Fernando Collor de Mello e depois o Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula foi feita alguma coisinha, mas no governo Dilma não foi feito nada.

IHU On-Line - Na sua avaliação, o governo do PT não tratou adequadamente as questões indígenas?

Álvaro Tukano - Eu fui filiado ao PT durante 30 anos, mas este ano não vou votar no partido e já disse na minha aldeia para não votarem, porque fomos traídos. Não temos mais o gosto de dizer que iríamos mudar o Brasil. Mudamos para pior. Foi nesse governo que perdemos mais de mil lideranças indígenas à bala. E isso não é bom. É nesse governo que está ocorrendo a situação dos Guarani-Kaiowá. O mundo inteiro sabe disso, menos a Dilma. A composição do governo corrompeu e está cheia de quadrilhas.

IHU On-Line - O senhor teve algum contato com Gilberto Carvalho, secretário da Presidência, nas tentativas de diálogo?

Álvaro Tukano - Gilberto Carvalho é mais conservador do que a própria Dilma. Ele está no lugar errado. Nós entregamos várias cartas e não aconteceu nada. Parece analfabeto que não sabe ler uma carta e nem sabe do que trata a Constituição Brasileira, nem sabe da questão indígena, da questão quilombola e ribeirinha.

IHU On-Line - Essa falta de retorno em relação às cartas enviadas à Presidência é proposital?

Álvaro Tukano - Mas quando é proposital é ruim. Deveríamos ter um tribunal indígena para julgar esses crimes ambientais e sociais.

"Nós não queremos porta-vozes, queremos o contato direto com o governo"

IHU On-Line - Vocês dialogam com o Conselho Indigenista Missionário - Cimi?

Álvaro Tukano - Eu tenho que tirar o chapéu para o Cimi, para Dom Tomás Balduino e outros
CONT.



presidentes do Cimi, porque este é o único órgão da Igreja, vinculado à CNBB, que tem defendido a causa indígena com muita propriedade, de ponta a ponta do Brasil. Nunca o Cimi tirou proveito do governo para fazer suas ações. Muitos dos companheiros que estão no Cimi também foram do PT, mas devem estar arrependidos. Quero dizer parabéns ao Cimi, porque ele tem sido o porta-voz real e consistente da questão indígena.

IHU On-Line - O senhor comentou que alguns pastores visitam as aldeias. Têm muitos indígenas evangélicos?

Álvaro Tukano - Sim, têm muitos indígenas evangélicos, mas também têm outros índios que não são nem evangélicos nem católicos, são eles mesmos. Eu sou dessa terceira ala. Temos de ouvir a conversa do padre e do pastor, e depois criar a nossa.

IHU On-Line - Por que alguns indígenas estão aderindo à religião evangélica?

Álvaro Tukano - Por causa da miséria. Quando não tem escola, não tem saúde, os missionários ficam com esse pretexto de salvar a vida do índio. Então, eles ficam sendo porta-vozes dos índios em algumas instâncias. Mas nós não queremos porta-vozes, queremos o contato direto. Por isso, esses pontos de cultura são importantes. Quando criticamos o governo, criticamos com segurança e não enfeitamos os erros do governo. O governo sabe que errou e é incapaz de dizer que errou.

O Cimi tem ajudado muito os índios no Brasil, tem feito denúncias graves contra o Estado e defende as leis que protegem os índios. As outras organizações também defendem a nossa causa, mas depois ficam fazendo seus "ganchinhos" por aí e tirando dinheiro do Ministério do Trabalho, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Saúde, e dizem que o governo está fazendo algo por nós, porque os escritórios deles estão bem. Mas o meu não está. Está podre.

IHU On-Line - Quais são as ONGs que atuam no Brasil com um discurso pró-índio, mas que não agem de acordo com o discurso?

Álvaro Tukano - O Instituto Chico Mendes e o Ibama fizeram leis de governo. Para o Instituto Chico Mendes, eu sou um empecilho, porque estou morando no Parque Nacional do Pico da Neblina, logo, não posso caçar nem pescar. Aí vem a Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos e faz uma lei dizendo que eu não posso caçar e pescar ali, que é a maior reserva de nióbio do Brasil. Aí vem a Funai e me coloca numa área indígena que é homologada, diz que tenho o direito de usufruir as riquezas que estão no solo, mas nós nunca estamos em paz. Sempre estamos em guerra com o governo, com o Instituto Chico Mendes, com a Reserva Biológica. O governo faz tantas leis para cuidar da ecologia, que depois não faz nada.

O Greenpeace quer aparecer. Eles têm infraestrutura, ganham bem. Eu nunca vi essa gente da Funai e do Greenpeace trabalhar de graça. Eu já fiz trabalho voluntário. Outros só fazem se forem ganhar dinheiro. Nós vamos na Funai sugerir para fazer algo, e eles dizem que o expediente já acabou, que trabalham para o governo e não para o índio. Isso não funciona.

Existem mais de 100 mil ONGs na Amazônia. Todas elas trabalham para o índio, para a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

ecologia? Como funcionam esses escritórios? Pagam impostos?

"Esse Estado é contraditório, é antidemocrático, não sabe o que é Justiça"

IHU On-Line - Algum dos projetos hidrelétricos a serem desenvolvidos na Amazônia prejudica diretamente a sua comunidade?

Álvaro Tukano - Na minha região, não, porque estamos muito distantes. O caso mais emblemático é Belo Monte, que é uma realidade e mostra que o governo não respeita a lei que ele mesmo escreveu. Tapajós vai estar cheio de hidrelétricas. Segundo o Greenpeace, tem mais de 200 bilhões de reais para hidrelétricas e um trilhão para áreas da mineração.

Quem ganha com isso? São as mesmas empresas de sempre, Odebrecht, Camargo Corrêa. Nós não ganhamos nada. Esse negócio de dizer que vai ter luz é mentira. Não vai ter nada.

A salvação do índio está na consciência. Temos de fazer alianças, escolher o que é bom para nós. Então, as hidrelétricas, para os índios que estão no Xingu, são ruim porque vão inundar a região, trazer malária, problemas. A usina hidrelétrica binacional entre o Brasil e o Paraguai trouxe que benefício para a região Sul? Para os Guaranis, nenhuma. Acabou com a terra deles. É o mesmo que já fizeram na hidrelétrica de Balbina, e que estão fazendo no Rio Madeira.

Essas pessoas não estão interessadas na situação de cada família que precisa da pesca, da agricultura familiar. Elas querem enrolar os índios e os pobres. Por isso, esses projetos do PAC não prestam.

IHU On-Line - Quais são as principais críticas à política indigenista do governo Dilma?

Álvaro Tukano - Todos os Projetos de Lei que tratam da questão indígena no Congresso Nacional não servem para nós. A PEC 303 é de uma ditadura. Fizemos várias manifestações e, quando chegamos ao Congresso Nacional para conversar, os funcionários públicos, os deputados e os senadores saem correndo, dizendo que os índios estão invadindo. Nós falamos a mesma coisa. Quem está invadindo nossa terra são eles.

A Dilma está perdida em tudo. Não serve para dirigir o Brasil. Ela tem muitos ladrões ao seu redor, e para ela tudo é uma maravilha.

IHU On-Line - Qual sua proposta para acabar com os conflitos entre índios e não índios?

Álvaro Tukano - Para tratar a questão indígena, a Funai deveria ser dirigida pelos índios. Colégios e outras grandes organizações que afetam os índios devem ser dirigidos por nós ou por técnicos escolhidos por nós, que tenham um perfil de trabalho. O governo tem nos tratado como loucos, trazem psicólogos para falar com os índios, mas eles não trazem nada de concreto para a nossa saúde. Existem muitos planos pilotos para a questão indígena, mas não queremos planos pilotos. Nós somos povos tradicionais, sabemos como tem de ser a saúde, a educação, a defesa dos territórios. Temos que discutir esses assuntos com pessoas que entendam da questão indígena, e não com Gilberto Carvalho.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Álvaro Tukano - Quero deixar a minha mensagem. Os jovens universitários têm de ouvir as grandes lideranças, como eu e outros. Não podem achar que o Direito Romano é igual ao Direito do povo Tukano. Nós temos problemas diferentes. Nas nossas comunidades, dependemos do meio ambiente, dos animais, das florestas, da nossa cultura, da nossa comida natural. A maneira de nos protegermos é fazer alianças, por isso defendo que haja mais seminários de advogados, porque é mais fácil nós, índios, discutirmos com os advogados do que com o presidente da Funai, que foge dos índios. Tem de ter um parlamento paralelo para tratar das questões indígenas.

Fonte: www.ihu.unisinos.br



Inclusão digital chega às escolas das comunidades quilombolas

SÍTIO FRIZZ, 02.04.2014

Os equipamentos serão usados para permitir o acesso a conteúdos educacionais e melhorar o trabalho desenvolvido em sala de aula

O Governo do Paraná entregou segunda-feira novos equipamentos de informática à comunidade quilombola João Surá, em Adrianópolis, na Região Metropolitana de Curitiba. Em Palmas, na região Centro Sul do Estado, os alunos e professores do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira também estão recebendo os equipamentos.

São 306 tablets, dois notebooks, dois datas-show e dois HDs externos, de 1 terabyte cada, para as duas comunidades. A entrega é resultado da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação com a Receita Federal, responsável pela doação dos materiais. "É uma parceria importante, em que adquirimos esses equipamentos dentro das regras legais e repassamos para quem trabalha diretamente com a organização da educação e também para alunos que mais precisam", destacou o vice-governador e secretário de estado da Educação, Flávio Arns.

Os equipamentos serão usados para inclusão social e pedagógica, além de permitir o acesso a conteúdos educacionais e melhorar o trabalho desenvolvido em sala de aula. Foram entregues 46 tablets, um notebook, um data-show e um HD externo de 1 terabyte.

Em Adrianópolis, os novos aparelhos serão utilizados pelos professores e alunos do Colégio Estadual Diogo Ramos. "Vai melhorar muito o nosso trabalho. Com essas novas ferramentas poderemos desenvolver aulas mais dinâmicas e com isso chamar mais a atenção dos alunos, que vão se sentir mais motivados também", disse a professora de Geografia, Luana Moreira de Araújo.

Técnicos dos Núcleos Regionais de Educação darão cursos aos professores e funcionários para utilizar os equipamentos. Em seguida a própria escola vai definir quais os aplicativos necessários para complementar as disciplinas vistas em salas de aula com acesso à internet e consulta a revistas e livros pedagógicas. "Esses equipamentos representam uma conquista importante para esta comunidade remanescente de quilombo que está distante das políticas públicas e dos recursos básicos para a sobrevivência. Os nossos estudantes terão acesso a novas tecnologias durante a formação e não ficarão limitados apenas ao quadro de giz e a voz do professor e professora" frisou a diretora, Nará Souza Oliveira.

Para a aluna Tais Cristina Gonçalves de Cristo, 13 anos, 8º ano, os novos equipamentos vão tornar as aulas mais divertidas e práticas. "Nós teremos uma aula mais interativa. Se precisarmos poderemos consultar gráficos, tabelas e mapas e não nos limitarmos apenas aos livros", contou a Tais.

CONT.



NOVA ESCOLA – Os equipamentos poderão ser usados no novo prédio do Colégio Estadual Diogo Ramos que começará a ser construído neste ano pelo Governo do Paraná. A nova escola será construída em um terreno ao lado do prédio atual.

Serão investidos R\$ 1,3 milhão na construção do novo prédio que terá laboratórios, refeitório e cozinha, salas administrativas e seis novas salas de aula para atender a 630 alunos matriculados nos três turnos. “A educação é a ferramenta importante para a formação cidadã das pessoas e nós teremos uma escola nova. Com isso, os nossos alunos não vão precisar ir para outra escola para estudar”, destacou o líder comunitário Antônio Carlos de Andrade.

O novo prédio é uma reivindicação de mais de cinco anos da comunidade João Surá, que foi formada na região há mais de 260 anos e conta com aproximadamente 150 habitantes. “A nossa comunidade está sendo privilegiada com a construção dessa nova escola porque ela trará muitos benefícios para todos”, disse a aluna Gislaine Neves Galvão Pereira.

A construção faz parte de um pacote de 81 colégios novos construídos desde 2011 totalizando um investimento de mais de R\$ 316 milhões.

SAREH - Os aparelhos também foram entregues para alunos com paralisia cerebral atendidos em casa ou nos hospitais pelo Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh). Ao todo 16 hospitais e duas comunidades terapêuticas vão receber 177 tablets e 14 notebooks. Também foram entregues pela Secretaria da Educação 275 tablets para alunos com deficiência física neuromotora e dois notebooks e um HD de 1 terabyte para o Museu Escola.

HABITAÇÃO - Em Adrianópolis, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) já realizou a entrega de 54 moradias rurais, destinadas ao atendimento de famílias quilombolas do município.

O investimento no projeto foi de R\$ 1,7 milhão em recursos estaduais. Outras 22 casas estão sendo construídas na comunidade João Surá, com investimentos de R\$ 550 mil. A previsão é de que as obras sejam concluídas até julho.



AGU afasta cobrança de taxa pelo fornecimento de informações para regularização de território quilombola do Vale do Ribeira

SÍTIO PORTAL DO RI, 02.04.2014

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a gratuidade no recebimento de informações pelo Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Eldorado/SP. Os dados são necessários para que a autarquia possa instruir procedimento administrativo de regularização de território quilombola situado na região do Vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo.

A Procuradoria Seccional Federal em Santos (PSF/Santos) propôs Mandado de Segurança perante a 1ª Vara Federal de Registro após o CRI exigir do Incra, com base em lei estadual, pagamento de emolumentos (taxa) para fornecer as informações.

A unidade da AGU defendeu que compete à legislação federal, nos termos dos artigos 22, XXV, e 236 da Constituição Federal, disciplinar sobre o tema, estando o Incra isento do pagamento dos serviços notariais.

Os procuradores federais também destacaram que o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.170/70 prevê expressamente a extensão à autarquia dos privilégios e imunidades conferidos à União, tais como a isenção do pagamento de emolumentos.

A 1ª Vara Federal de Registro de São Paulo acolheu o pedido da AGU e deferiu a liminar requerida em favor do Incra. No julgamento, o magistrado acrescentou que o artigo 22 do Decreto nº 4.887/2003 diz que "a expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo Incra, na questão quilombola, far-se-ão sem ônus de qualquer espécie".

Além da PSF/Santos, atuou na ação a Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra, unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

A notícia refere-se ao seguinte Mandado de Segurança: 0000122-80.2013.403.6129 – 1ª Vara Federal de Registro-SP.

Fonte: AGU | 01/04/2014.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

História dos índios cinta-larga é contada no filme 'Avaeté, semente de vingança', no Teatro Municipal de Niterói

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.11.2013

O Projeto Cineclube Brasileiro apresenta, na quarta-feira, 14 de abril de 2014, às 19h, no Teatro Municipal de Niterói o longa metragem "Avaeté, semente de vingança" (1985).

Dirigido por Zelito Viana, o filme é baseado em fatos reais, este drama conta a história dos índios cinta-larga, vítimas de um massacre ocorrido em 1963 em Mato Grosso, tendo como único sobrevivente Ava, um menino com 8 anos. Sozinho encontra num cozinheiro, a verdadeira amizade, e já na década de 80, vivendo na cidade grande, ambos lutam pela sobrevivência no país dominado por grandes interesses econômicos.

O projeto em parceria com a Niterói Filmes trará um filme nacional por mês, com a presença de um convidado para conversar sobre a obra a ser exibida. A mediação da conversa será feita pelo cineasta Flávio Cândido e o convidado da noite será o diretor Zelito Viana.

Serviço:

Avaeté, semente de vingança – Cineclube Brasileiro

Data: quarta-feira, 16 de abril de 2014

Horário: 19h

Duração mínima: 136 minutos

Ingresso: R\$ 2,00

Classificação etária: 16 anos

Local: Teatro Municipal de Niterói

End.: Rua XV de Novembro 35, Centro

Tel: (21) 2620-1624



Exército vai instalar base militar em Una

SÍTIO PCO, 02.04.2014

Para reprimir os Tupinambás no Sul da Bahia, exército vai instalar base militar dentro do município de Una, região que índios Tupinambás reivindicam a demarcação da terra Indígena Tupinambá de Olivença

Foi anunciada essa semana a instalação de uma base militar no município de Una, no Sul da Bahia. O Exército realizou um convênio com a Prefeitura Municipal de Una para instalação da Base Militar no município para reprimir os índios Tupinambás e o processo de retomada de fazendas pelos índios. O convênio está sendo celebrado por políticos e latifundiários da região, pois uma parte do município está sendo reivindicada pelos índios para a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

A parceria foi firmada entre a prefeita Diane Rusciolelli e o comandante do exército na região. As tropas devem ficar alojadas no ginásio municipal de esportes e devem funcionar como um posto avançado do comando do exército e, consequentemente, aumentar a repressão e as ações violentas contra a população.

O exército realiza uma intensa atividade nas áreas rurais do município, pois existe uma grande concentração de indígenas na região e, também, onde querem perseguir os caciques que participam ativamente da retomada de terras.

Após a chegada do exército e da Força Nacional de Segurança houve um aumento no número de operações contra os indígenas e a população pobre, com bloqueios, revistas e blitzes. Essa intimidação ocorre principalmente com índios em áreas retomadas e em agricultores que apoiam os Tupinambás.

A instalação da base militar somente irá agravar ainda mais a violência e a repressão contra os índios.

"Pacificar" a região

A atuação violenta da Força Nacional de Segurança, Polícia Federal e Exército está causando um repúdio entre a população da região, que apesar dos conflitos não apoia a tortura dos indígenas.

Assim como nos morros do Rio de Janeiro, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e o governador da Bahia, Jaques Wagner, querem "pacificar" a região do Sul da Bahia. Os objetivos da "pacificação" é garantir a paz para que os latifundiários e especuladores imobiliários continuem lucrando com a exploração da região e a mão-de-obra dos índios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

A instalação das bases militares é uma medida com o claro objetivo de aprofundar a repressão contra os Tupinambás para poder colocar em prática os planos do governo federal, estadual e latifundiários de impedir a demarcação das terras indígenas. O caso dos Tupinambás está sendo uma experiência para ser implantada em outras regiões do país, por exemplo dos Caingangues no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

É preciso se opor a pressão da direita latifundiária e a capitulação do governo do PT diante desses interesses e exigir que nenhuma base seja instalada na área reivindicada pelos Tupinambás, e a saída imediata das tropas do exército e da Força Nacional de Segurança pública.

Carlos Terena destaca importância da V Semana do Índio em MS
SÍTIO OAB/MS, 03.04.2014



Este ano, o tema para a V Semana do Índio no Estado será "A Importância do Esporte na Manutenção da Cultura e dos Costumes dos Povos Indígenas". O evento é realizado pela Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS) e acontece entre os dias 24 e 26 de abril, em Campo Grande.

A semana tem início no dia 24, com a palestra de abertura "O Índio na História", ministrada pelo doutor e professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Neimar Machado de Sousa. Os palestrantes no dia 25 serão os idealizadores dos Jogos Indígenas, os irmãos Marcos Terena e Carlos Terena.

Para Carlos Terena, o esporte aproxima as pessoas e, segundo ele, essa foi a ideia desde o primeiro jogo realizado em 1996 na cidade de Goiânia. "O esporte indígena está ligado à três vertentes: social, cultural e espiritual. Passei a estudar essa conexão e percebi que cada povo tem sua língua, sua música e seus costumes. Então, nasceu esse encontro, com o objetivo de reunir todas essas famílias, não para competirem, mas para celebrarem", comenta.

A Violência à Mulher Indígena também será abordado no encontro com a palestra, no dia 25, às 19h30, com a promotora Ana Lara de Castro. Para encerrar as atividades, o dia 26 contará com atividades como futebol, feira de artesanato e culinária e exposição do filme "Xingu". O evento é gratuito e acontece na sede da OAB/MS de Campo Grande, na Avenida Mato Grosso, 4700.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

Bahia promove festival étnico-cultural quilombola a partir desta sexta(4)

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 03.04.2014



Para celebrar os 20 anos de consolidação do Conselho Quilombola de Itacaré, no Sul da Bahia, o Conselho Quilombola de Itacaré – CONQUI realiza, nos dias 4 e 5 de abril, o 1º Festival da Cultura Quilombola da região.

evento-itacar

O primeiro dia de programação será voltado para o Encontro das Lideranças Quilombolas da Bahia, onde 16 comunidades, de diferentes regiões do estado, estarão reunidas para um debate com agentes do poder público. O diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP – MinC, Alexandre Reis, participa das atividades.

Já no segundo dia serão realizadas oficinas, feiras para a exposição dos produtos produzidos nas comunidades e realização de manifestações culturais tradicionais de Itacaré como o Bicho Caçador, Capoeira Angola e Dança Afro-brasileira.

Confira a programação completa. <https://www.facebook.com/Conselho.Quilombola>



Justiça cumpre reintegração de posse de comunidade quilombola no RN
SÍTIO G1/RN, 03.04.2014

*Comunidade de Macambira fica em Lagoa Nova, na região Seridó.
Ação aconteceu na manhã desta quinta-feira (3).*

A Justiça Federal do Rio Grande do Norte cumpriu na manhã desta quinta-feira (3) a reintegração de posse à comunidade quilombola de Macambira, localizada no município de Lagoa Nova, na região Seridó do estado. Os moradores haviam sido retirados da comunidade devido a uma decisão da Justiça Estadual em 2013.

A comunidade de Macambira está localizada na Serra de Santana e tem 2.500 hectares de área, com cerca de 260 famílias cadastradas pelo Incra.

A decisão pela reintegração de posse ocorreu após uma solicitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em 2005, a região foi reconhecida como sendo de remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura.

Nos próximos dias, o Incra deve publicar um decreto também reconhecendo a localidade como uma comunidade quilombola. A região teria abrigado escravos que fugiram das fazendas da região Seridó durante o período da escravidão, abolida do Brasil em 1888.

No RN, 22 comunidades são reconhecidas como oriundas de resistência quilombola. Destas, 18 já procuraram o Incra para dar início ao processo de regularização fundiária. As comunidades ficam localizadas nos municípios de Assu e Mossoró.



Carlos Terena destaca importância da V Semana do Índio em MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 03.04.2014

Este ano, o tema para a V Semana do Índio no Estado será "A Importância do Esporte na Manutenção da Cultura e dos Costumes dos Povos Indígenas". O evento é realizado pela Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS) e acontece entre os dias 24 e 26 de abril, em Campo Grande.

A semana tem início no dia 24, com a palestra de abertura "O Índio na História", ministrada pelo doutor e professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Neimar Machado de Sousa. Os palestrantes no dia 25 serão os idealizadores dos Jogos Indígenas, os irmãos Marcos Terena e Carlos Terena.

Para Carlos Terena, o esporte aproxima as pessoas e, segundo ele, essa foi a ideia desde o primeiro jogo realizado em 1996 na cidade de Goiânia. "O esporte indígena está ligado à três vertentes: social, cultural e espiritual. Passei a estudar essa conexão e percebi que cada povo tem sua língua, sua música e seus costumes. Então, nasceu esse encontro, com o objetivo de reunir todas essas famílias, não para competirem, mas para celebrarem", comenta.

A Violência à Mulher Indígena também será abordado no encontro com a palestra, no dia 25, às 19h30, com a promotora Ana Lara de Castro. Para encerrar as atividades, o dia 26 contará com atividades como futebol, feira de artesanato e culinária e exposição do filme "Xingu". O evento é gratuito e acontece na sede da OAB/MS de Campo Grande, na Avenida Mato Grosso, 4700.



Os povos indígenas e o Brasil, mais de cinco séculos de ditadura

SÍTIO GS NOTÍCIAS, 03.04.2014

Escrito por Egon Dionísio Heck

Desde o primeiro olhar distante ao abraço desconfiado, à chegada dos deuses esperados, aos invasores chegantes sedentos de conquistas, até hoje uma história majoritariamente pouco e mal contada.

Quem sabe quando nos vem à memória os 50 anos do golpe militar de 1964, do início de mais uma ditadura, seja um momento privilegiado de informação, compreensão, respeito e valorização dos povos originários destas terras brasileiras. E, mais do que isso, é preciso não apenas reconhecer o genocídio e o massacre de quase mil povos, numa média de extinção de dois povos por ano, mas fazer justiça aos 305 povos sobreviventes.

O primeiro e fundamental será reconhecer, demarcar e respeitar seus territórios. Não há mais porque esperar. Antes que a bola role na Copa do Mundo, o mundo saberá porque ainda não se pagou essa dívida histórica aos povos indígenas. Antes que a bola cruze a marca do gol, o país sede terá que justificar porque ainda não demarcou as terras indígenas, conforme a Constituição e a legislação internacional. Não existe mais tempo para cinicamente protelar para “depois da Copa”.

Extermínio e a resistência

As guerras declaradas aos nativos e os decretos de extermínio tiveram como consequência o holocausto de mais de 5 milhões de indígenas que viviam no atual território brasileiro. Assim nos lembrava Darcy Ribeiro.

Pouco se conhece da história desse extermínio. A história contada pelo invasor, pelo colonizador, pelas elites políticas e econômicas exalta os dominadores e assassinos de índios e omite a heroica resistência dos povos nativos.

Felizmente existem sinais de mudança. Tanto na sociedade brasileira como no movimento indígena existem iniciativas que buscam reverter esse quadro. A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Indígena da Verdade e Justiça são sinais, ainda tímidos e limitados, desse novo momento.

Em 1968, o grito dos indígenas sobreviventes ecoou Brasil e mundo afora, com a denúncia dos massacres e violências registradas em mais de 7 mil páginas do “Relatório Figueiredo”. Essa situação começou a ser mais intensamente denunciada em diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Uma primeira em 1953, no Senado, e outra na Câmara dos Deputados, em 1963. O drama dos povos indígenas no Brasil repercutiu em todo o mundo, obrigando os

CONT.



governos e o Estado brasileiro a tomar decisões como a extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a criação da Funai, em 1967, e indiciar mais de uma centena de funcionários do órgão.

Porém, políticas de massacre, violência e negação dos direitos indígenas continuam até hoje. Isso porque a rigor os povos indígenas vivem submetidos a regimes de opressão e dominação, verdadeiras ditaduras há mais de 500 anos. Prova disto é a política desenvolvimentista em curso, em conflito e desrespeito aos direitos dos povos indígenas, especialmente seus territórios. Em 1973, o documento Y Juca Pirama- "O índio: aquele que deve morrer" foi um novo grito de socorro e denúncia sobre o genocídio em curso. Bispos e missionários denunciaram as atrocidades a que continuavam sendo submetidos os povos indígenas e conclamavam a sociedade a se unir a esses povos para evitar seu extermínio. Os bispos e missionários, articulados no recém-criado Conselho Indigenista Missionário (Cimi), assumiam radicalmente a causa indígena, contra a política indigenista da ditadura militar.

Naquele mesmo ano foi aprovado pelo Congresso o Estatuto do Índio.

Para dar efetividade ao processo de extinção dos povos indígenas, a ditadura militar, através do ministro do Interior, general Rangel Reis, elaborou um projeto visando a "emancipação dos índios", através do qual pretendia resolver a questão declarando os índios emancipados, e suas terras disponibilizadas aos latifundiários. Desta forma, ao invés de demarcar todas as terras indígenas até 1978, como previa o Estatuto do Índio (Lei 6.001, vigente até hoje), resolveria o problema declarando 80% dos índios como não índios, não tendo direito, portanto, às suas terras, ou confinando-os a lotes do módulo rural.

Apesar do projeto ter sido aparentemente abandonado, por pressão dos povos indígenas e da sociedade brasileira, ele retornou em vários momentos, principalmente no período em que a Funai foi ocupada pelos coronéis, na década de 1980. Nesse período, também foi urdido o famigerado programa dos "critérios de indianidade" pelo coronel Hausen. Critérios racistas, de sanguinidade, mancha mongólica.

O maquiavélico projeto conseguiu unir povos indígenas e seus aliados na sociedade para um grande enfrentamento que resultou na desistência do projeto por parte do governo. As políticas indigenistas da ditadura militar instalaram um forte aparato militar na Funai, a partir dos órgãos de segurança e informação – Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informação – visando o controle e repressão dos povos indígenas e seus aliados. Instalaram cadeias nos postos e presídios indígenas regionais e nacional, como o Krenak, em Minas Gerais. Foi criada a Guarda Rural Indígena (GRIN) e a Assessoria de Segurança e Informação (ASI). A maioria dos cargos, desde o general presidente da Funai, até o soldado ou cabo, chefe de posto, foram ocupados por militares, da ativa ou da reserva. Dessa forma impuseram um forte esquema de controle sobre os povos indígenas e seus territórios. Mario Juruna, no início da década de 1989, sugeriu que a Funai passasse a ser chamada de "Fundação Nacional dos coronéis". A Funai, quando criada em 1967, tinha 700 funcionários, chegando a ter mais de 7 mil poucos anos depois. Hoje, não existe mais uma Funai militarizada, mas com fortes heranças desse sistema e totalmente esvaziada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

Os povos venceram o projeto da integração. A sábia e inquebrantável resistência desses povos resultou num quadro bem distinto do almejado por seus inimigos: ao invés do extermínio houve um crescimento surpreendente da população indígena, passando de menos de 100 mil no início da ditadura militar em 1964, para quase 1 milhão, distribuídos em 305 povos e presentes em todas as regiões do Estado brasileiro.

Mais do que isso, na Constituição Federal de 1988, os povos conquistaram o reconhecimento da "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam..." (CF art. 231). São contra essas conquistas que se voltam os ataques violentos dos setores anti-indígenas na atual conjuntura.



Jovem é esfaqueado próximo de aldeia indígena

SÍTIO AGORA NEWS, 03.04.2014

Valmir Paim, 23, foi esfaqueado no final da tarde de ontem (2) próximo a uma aldeia indígena no município de Caarapó. De acordo com o Campo Grande News, o suspeito pelas facadas não foi encontrado.

Ainda conforme o site da capital, a Polícia Civil só soube do caso quando a equipe médica do hospital avisou que Valmir deu entrada na unidade com ferimentos causados por facas.

À polícia, a vítima contou que andava de bicicleta na aldeia quando outro indígena identificado como Ademir o esfaqueou na costela, e justificou o ato dizendo que Valmir já havia o espancado.

A vítima não corre risco de morte e o caso foi registrado como tentativa de homicídio na delegacia de Caarapó.



Mapa tem nova exposição: "Armadilhas Indígenas"

SÍTIO FOLHA CIDADE, 03.04.2014

Uma nova exposição temporária está em cartaz no Mapa – Museu de Arqueologia e Paleontologia de Araraquara: é "Armadilhas Indígenas", que permanece em cartaz até agosto, com entrada gratuita. A realização é da Fundação Araporã, em parceria com o Museu Índia Vanuie e a Escola Estadual Índia Vanuie.

"Armadilhas Indígenas" é resultado da oficina de armadilhas desenvolvida pela Escola Estadual Indígena Índia Vanuíre, localizada no município de Arco-Íris (SP). Esta oficina, assim como outras atividades, faz parte da proposta curricular diferenciada assumida pela escola, com o objetivo de resgatar e perpetuar aspectos da cultura tradicional Kaingang, Krenak e Terena.

A oficina foi desenvolvida com base no resgate do saber cultural da comunidade em consulta aos mais velhos, além de pesquisas bibliográficas. A partir das informações levantadas, os educandos da escola Índia Vanuíre confeccionaram armadilhas utilizadas pelos antigos Kaingang.

A exposição é composta por painéis contendo fotos e explicações do passo a passo da construção das armadilhas Nunh ki Tãmh-já, utilizada na caça de animais de médio porte e Êgminko, utilizada para a caça de animais de pequeno porte pelos alunos indígenas. Ambas armadilhas são feitas de recursos naturais disponíveis na floresta, como galhos e folhas.

O horário para visitação é: às segundas-feiras, das 13 às 17h30; de terça à sexta-feira, das 9 às 12h e das 13 às 17h30; e aos sábados, das 9 às 12h. Vale destacar que no próximo domingo (06), o Mapa participa do projeto da Secretaria Municipal da Cultura que abre os museus aos domingos, estando aberto para visitação gratuita das 10 às 14h.

O Mapa está localizado na região central da cidade, na Rua Voluntários da Pátria com a esquina da Avenida Portugal. Mais informações podem ser obtidas pelo fone 3332-4933.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

Comunidade indígena de Pipipã consegue demarcação de terra

SÍTIO LEIA JÁ, 03.04.2014

Funai tem até dois anos para finalizar processo de demarcação da área

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi condenada a finalizar em até dois anos o procedimento de demarcação das terras da comunidade indígena Pipipã, situada no município de Floresta. A decisão foi conseguida pelo Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada (PE).

Pipipãs - A comunidade Pipipã possui cerca de 1,3 mil indígenas, sendo reconhecida pela Funai em 2003, e garantindo assim benefícios das políticas públicas voltadas a esses povos. Os trabalhos antropológicos de campo para regularizar a terra tiveram início em 2005. O processo todo de demarcação já durava mais de 10 anos.



Índios voltam a acampar na Feira do produtor

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 03.04.2014

AMILCAR JÚNIOR
Editoria de Cidade

Um grupo de índios Yanomami montou acampamento na Feira do Produtor, no bairro São Vicente, na zona Sul, desde o início desta semana. Feirantes reclamam que os indígenas tomam bebidas alcoólicas e incomodam fregueses e quem trabalha no local. Anteontem à tarde, os índios ataram suas redes na parte de trás da feira, no galpão de vendas de bananas. São homens, mulheres e crianças que fazem suas necessidades e até transam no local, segundo os denunciantes.

"Eles fazem sexo dentro das redes. A gente pede para que os órgãos competentes resolvam este problema. Eles também bebem cachaça e depois saem para pedir comida. Ainda catam frutas do chão e dão para as crianças", denunciou a feirante Sibia Andrade, que trabalha no local há 15 anos.

Na tarde de terça-feira, dia 1º, o grupo permanecia no galpão. Alguns índios estavam deitados em redes e outros sentados ao chão, apresentando sinais de embriaguez. Não é a primeira vez que isso ocorre, segundo os feirantes.

A Folha tentou contato com o grupo, mas nenhum deles fala português. "Acredito que é a falta de políticas públicas. O que a gente sabe é que eles passam fome na comunidade, por isso vêm para a cidade. O problema é que logo eles viram alcoólatras e depois mendigos", observou a professora Regina de Souza Campos, 47 anos, frequentadora da feira há mais de 10 anos.

MORTE - No final de dezembro do ano passado, após a morte de um indígena de 21 anos, que supostamente teria caído do viaduto Pery Lago, ao lado da Feira do Produtor, no trecho urbano da BR-174, a Fundação Nacional do Índio (Funai) mandou uma equipe à feira e recolheu os Yanomami que haviam se instalado no local.

Em junho do ano passado, a Folha fez uma reportagem especial sobre a migração forçada dos indígenas de suas comunidades à Capital. A matéria mostrou os altos índices de alcoolismo que acomete os indígenas, a violência sofrida e praticada por eles e, principalmente, a falta de políticas públicas, o que estaria provocando a migração.

Na ocasião, índios entrevistados de várias etnias justificaram a migração alegando que não havia mais condições de se viver nas aldeias. Segundo eles, faltava até comida. E com a miséria instalada nas comunidades, abandonadas pelo poder público, os indígenas não viam outra saída senão ser migrar para a Capital, onde a maioria logo se tornava alcoólatra.

FUNAI – O coordenador regional da Funai, André Vasconcelos, informou que iria mandar uma
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 61./ 2014

Brasília, 03 de abril de 2014.

equipe, ainda na tarde de ontem, até a Feira do Produtor, com a missão de retirar os índios de lá. Em seguida, eles seriam levados para a sua comunidade.

Vasconcelos observou que os índios deixam suas comunidades principalmente por falta de atendimento na área de saúde e por conflitos entre tribos. "Vamos verificar a situação e providenciar a retirada deles da feira", disse o coordenador. (AJ)



Famílias indígenas aceitam áreas oferecidas por Incra

SÍTIO PORTAL BRASIL, 03.04.2014

Terras em Coroatá e Parnarama, no Maranhão, devem assentar 225 famílias beneficiárias da reforma agrária promovida pela autarquia

Famílias desintrusadas da terra indígena Awá aceitaram as áreas disponibilizadas pela Superintendência do Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Coroatá e Parnarama, no Maranhão. As terras devem assentar um grupo de 225 famílias cadastrado à autarquia com o objetivo de ter acesso à reforma agrária.

Os dois representantes de comissão de trabalhadores rurais, Remi Soares Saraiva, do povoado Caju, e Antônio Moraes da Silva, do povoado Cabeça Fria, informaram a magistrado que o grupo optou pelo assentamento São José/São Domingos, localizado no município de Parnarama.

Visitas da comissão

"Gostamos muito da área que o Incra disponibilizou em Parnarama. No começo a gente achou que era ruim, mas depois que visitamos a área, vimos que o Rio Itapecuru margeia uma parte do assentamento, que já existem outras famílias produzindo lá e fomos muito bem recebidos pelos assentados", enfatizou Remi Saraiva em seu depoimento ao juiz.

Já Antônio Moraes da Silva, do povoado Cabeça Fria, disse que a notícia de que a terra em Parnarama é boa já está se espalhando entre as famílias cadastradas e, segundo acredita, mais da metade dos cadastrados está disposta a ir para o local. "Na nossa visita ao assentamento vimos que lá as famílias plantam em lotes coletivos. Estamos dizendo ao Incra que iremos para Parnarama, mas queremos a demarcação individual dos lotes", ressaltou.

Para o superintendente regional do Incra no Maranhão (Incra/MA), José Inácio Rodrigues, a decisão da maioria de ir para Parnarama demonstra que o trabalho técnico da autarquia na escolha do local foi acertada e atende aos reais interesses do grupo, que é o de desenvolver-se e viver com segurança e dignidade. "O Incra no Maranhão já vai providenciar apoio para o acampamento provisório das famílias, logística de transporte até a área e a infraestrutura básica para instalação das delas", disse.

Prorrogação de prazo

Na reunião, o coordenador-geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria-Geral da Presidência da República, Nilton Tubino, informou que a operação de desintrusão será prorrogada até o dia 20 de abril.

CONT.



“Precisamos de mais alguns dias para retirar as 28 famílias que ainda estão no povoado Vitória da Conquista, fechar alguns ramais de estradas, colocar placas indicando os limites da reserva indígena, enfim, fazer os últimos acertos”, explicou Tubino, lembrando que toda a rede elétrica existente dentro da TI (postes, transformadores e fiação) será retirada pela Companhia Energética do Maranhão (Cemar) após esse prazo.

Também será dada nova oportunidade às famílias de não índios que foram notificadas pela Justiça Federal, mas que não procuraram o Incra/MA para se cadastrar. “Vamos disponibilizar novamente servidores para fazerem o cadastramento dessas famílias, a fim de que não sejam prejudicadas”, afirmou o superintendente regional, José Inácio Rodrigues.

Nova reunião do Comitê

O juiz federal José Carlos do Vale Madeira agendou para o dia 24 de abril, às 15h, na sede da Justiça Federal do Maranhão, a próxima reunião do Comitê de Acompanhamento da Desintusão da Terra Indígena Awá. O prefeito de Parnarama, Davi Carvalho, será convidado a participar. O objetivo é sensibilizá-lo a apoiar essas famílias que serão deslocadas para o município.

“O município precisa apoiar esta ação, construindo escolas, postos de saúde, melhorando as estradas de acesso ao assentamento. Essas famílias precisam ter acesso às políticas públicas para se manterem na área”, explicou.

Também participaram da reunião na Justiça Federal o procurador da República Alexandre Soares, representantes da Advocacia-Geral da União, Funai, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Desintrusão

O processo de demarcação de uma terra indígena no Brasil segue etapas específicas. A desintrusão é uma medida legal tomada para concretizar a posse efetiva da terra indígena a um povo, depois da etapa final do processo. É um instrumento jurídico para garantir a efetivação plena dos direitos territoriais indígenas, por meio da retirada de eventuais ocupantes não indígenas.

Fonte:
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Exposição "Kuarup" tem inauguração hoje na Casa de Cultura

SÍTIO JORNAL FOLHA DO SUL, 03.04.2014

Hoje, a partir das 19h, na Casa de Cultura Pedro Wayne, ocorre a abertura da instalação "Kuarup" do músico e artista plástico porto alegreense José Carlos Martins. A exposição é a primeira dele, em Bagé. Martins ressalta a importância de uma exposição que utiliza um espaço público, sem o viés comercial, o que possibilita para ele as condições de apresentar um trabalho mais conceitual. Conforme o artista plástico, "Kuarup" tem como mote a reflexão da cultura genuína brasileira influenciada pela festa maior no calendário indígena nacional, que se trata da celebração aos mortos nas aldeias xinguanas.

Dessa forma, a instalação de José Carlos Martins traz um trabalho que tem o aproveitamento de materiais como: plástico moído, carvão vegetal, areia de lagoa, tecidos, entre outros elementos e, que a partir da reciclagem, fundamentam um diálogo das etapas dos ritos de vida e da morte que envolvem o ser humano, celebrados pelas tribos indígenas.

A instalação conta com dez telas com medidas de 1.5m x1.0m e sete esculturas com dimensões variadas. Martins enxerga nos ritos do Kuarup uma proposta de defesa da identidade indígena e que exposições como a que inicia nesta quinta-feira, servem para demonstrar uma cultura que está no DNA das pessoas. "A cultura indígena brasileira está presente em nossas vidas. Por isso, é importante preservarmos a nossa identidade. Não podemos deixar que essa identidade original do país se perca, como pode ser visto em grandes centros como São Paulo, onde a presença indígena está apenas em nomes de bairros ou de viadutos", afirma.

O artista ainda complementa que essa identidade sustentada através da transmissão oral forma a cultura popular própria, porém que a cada dia se perde por imposições de vários tipos, seja do campo econômico ou da mídia, que impõe as chamadas 'últimas modas'. "Por isso, como artista tenho o compromisso de trazer essa proposta e como gestor (José Carlos Martins é assistente técnico de cultura da Famurs), acredito que é necessário uma defesa da cultura local, da diversidade de manifestações artísticas e da democratização dos meios de comunicação, com o poder público tendo o compromisso de apoiar a imprensa municipal que contribuí com esse 'olhar do local'", enfatiza.

Martins é músico, professor e artista plástico, seu trabalho aborda as questões ambientais e sociais, assim como as texturas tátil e visual, que levam o visitante a um passeio por relevos, formas, luzes e sombras.

A exposição "Kuarup" é aberta ao público bageense de forma gratuita do dia 3 até o dia 28 de abril, na Casa de Cultura Pedro Wayne, das 9h às 18h.



Prefeitura de São Bernardo promove 9ª Semana dos Povos Indígenas

SÍTIO DIÁRIO REGIONAL, 03.04.2014

A Secretaria de Cultura de São Bernardo promove neste mês a 9ª Semana dos Povos Indígenas, dentro das comemorações do Dia do Índio — 19 de abril —, com série de atividades destinadas à discussão da cultura, crenças, modo de vida e problemas que afetam essas comunidades. Esta edição traz como temas o imaginário dos povos mesoamericanos e andinos por meio de fontes históricas nativas e as legadas pelos colonizadores espanhóis, além de questões ligadas aos povos Guarani que vivem na região do ABC. A programação, gratuita, terá palestra, debates, exposição, canto e dança, bem como visita monitorada às aldeias Guarani Tenondé Porá/Krukutu e Barragem/Eucalipto. O 19 de abril foi instituído como o Dia do Índio em 1943.

A Biblioteca Monteiro Lobato (Rua Jurubatuba, 1.415, Centro) terá palestra do professor Eduardo Natalino dos Santos, do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), no dia 23, a partir das 20h. No encontro serão abordadas concepções do pensamento histórico dos povos da Mesoamérica (México e Guatemala) e dos Andes Centrais (Peru e Bolívia), entre os quais os maias, astecas e incas.

Entre as concepções abordadas estão o passado-presente-futuro dessas comunidades e os agentes históricos e cosmológicos (deuses, homens, animais e outros entes). Serão fornecidos certificados de participação para todas as palestras.

Também haverá duas visitas monitoradas às aldeias, nas quais a pessoa terá contato com aspectos da vida social e cultural das comunidades indígenas Guarani Krukutu e Barragem, sua língua, costumes, produção literária e artesanato. A primeira ocorre no dia 13 e terá como roteiro visita ao Museu, Casa de Reza, Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) e ao viveiro de mudas de plantas nativas da Mata Atlântica. No dia 27, a visita às aldeias Barragem/Eucalipto incluirá palestra sobre a cultura Guarani, exposição de artesanato e degustação de um prato típico, além da apresentação da dança dos guerreiros, chamada Xondaro, e apresentação do coral com músicas guarani.

Serão disponibilizados ônibus para as visitas. O horário de saída para os dois dias é 8h, com retorno às 17h. As vagas são limitadas: 40 pessoas por dia (com possibilidade de inscrição individual para os dois dias da visita). As inscrições para a palestra e visitas devem ser feitas pelo e-mail palestrasedebates@gmail.com ou pelos telefones 4336-8208 e 4336-8256.



Castanha do Brasil produzida por indígenas de MT atrai compradores do país
SÍTIO OLHAR DIRETO, 03.04.2014

A castanha do Brasil, produzida por povos indígenas na região noroeste de Mato Grosso e sudeste de Rondônia tem atraído inúmeras empresas do ramo alimentício e cosmético devido a sua qualidade. Mato Grosso e Rondônia juntos comercializam 160 a 300 toneladas de castanha do Brasil, através de cinco terras indígenas, que fazem parte do projeto Pacto das Águas, englobando uma área de aproximadamente 1,9 milhão de hectares entre os dois Estados, além da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, em Mato Grosso.

Somente na última semana, de acordo com o projeto Pacto das Águas, que apoia os cinco povos indígenas entre os dois Estados, na última semana a Associação do Povo Indígena Zoró comercializou 50 toneladas de castanha a R\$ 4 o quilo para a empresa Amazon Brazil Nuts, do Pará.

Segundo o coordenador do projeto Pactos das Águas, Plácido Costa, o povo indígena Zoró possui uma castanha diferenciada, tendo-se em vista as orientações de boas práticas de manejo recebidas e equipamentos necessários para que se possa garantir uma atividade florestal sustentável.

O Pacto das Águas é um projeto patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental. Além do povo Zoró, participam projeto as aldeias dos povos Gavião, Arara, Cinta-Larga e Rikbaktsa, além da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt em Mato Grosso.

Os povos indígenas recebem orientações sobre as melhores formas de coleta da castanha na floresta, bem como limpeza e o melhor modo de armazenagem para evitar o risco de contaminações. Conforme o projeto Pacto das Águas, as castanhas produzidas na região noroeste de Mato Grosso e sudeste de Rondônia por estes povos indígenas são certificadas pela Ecocert, o que atesta que as castanhas são orgânicas e garante a existência dos padrões internacionais de cuidados com o meio ambiente.

Morre Hõpryre Ronore Jopikti Payaré, o grande chefe do povo Akrãtikatêjê
SÍTIO CIMI, 03.04.2014



Como definir Hõpryre Ronore Jopikti Payaré, ou Edvaldo Valdenilson através de palavras, além de dizer que este nobre filho da Mãe Terra foi um grande homem, um grande pai, um grande filho, um grande sábio, um grande guerreiro, um grande defensor dos direitos humanos e ambientais, um grande líder político e espiritual que sempre lutou pela vida e os direitos do seu povo, os Akrãtikatêjê da Montanha, e dos demais povos indígenas da Amazônia e do Brasil?

Como nos reportar a este valoroso homem que, desde cedo, aprendeu o significado do que é resistir, lutar e enfrentar poderosas ameaças e desafios, a não ser lembrando que o Seu Payaré, como era conhecido por muitos aqui nessa região, foi um sobrevivente de um grande povo na Amazônia, praticamente dizimado pelo Estado Brasileiro em um dos momentos mais perversos e genocidas da história desse país para com os povos indígenas do Brasil, a década de 70 e a famigerada e assassina política de integração e desenvolvimento econômica do Governo Militar?

Foto: Marcos Reis

De fato não conseguimos encontrar palavras para tentar descrever a tão importante personalidade política, pois tememos que nossas palavras não deem conta de traduzir a grandeza moral, ética e espiritual de alguém tão importante e grandioso para nós. É muito doloroso tentarmos escrever um texto sobre a vida do Seu Payaré, pois isso implica descrevermos uma perversa cadeia de acontecimentos violentos históricos que nunca foram reparados, justificados ou assegurados os direitos para este líder e todo o seu povo. Contudo a forma como esse homem lutou a vida toda, consolidando-se como uma verdadeira expressão viva de força, resistência e teimosia nas últimas décadas frente às investidas de morte do

CONT.



capitalismo na Amazônia.

DO CONTATO À RESISTÊNCIA E AO ETNOCÍDIO

O grupo Akrãtikatêjê da Montanha foi contatado e instalado no Posto de Atração da Funai em 1960, com uma população de aproximadamente 75 indivíduos. Com a desastrosa política de contato do Estado e a localização do aldeamento próximo à cidade de Tucuruí, o grupo sofreu um terrível processo de depopulação. De 75 indígenas apenas 10 sobreviveram, tornando-se esses, testemunhos vivos da violenta política de expansão econômica na época. Com o avanço das obras de construção da UHE Tucuruí a Funai “removeu” os 10 membros sobreviventes do grupo para a Terra Indígena Mãe Maria, de domínio dos Parkatêjê.

No entanto uma família, chefiada pelo líder Payaré, inconformada com a notícia de que o antigo e tradicional território iria ser completamente inundado pelo lago do reservatório da UHE Tucuruí, se recusou a acompanhar o restante do grupo. Permaneceram na área indígena até do final de 1983, quando, após muitas ameaças e violências sofridas, um escuso e desrespeitoso acordo financeiro com a Eletronorte obrigou forçadamente o último Akrãtikatêjê a abandonar definitivamente o seu antigo território e a se incorporar aos outros grupos Gavião, na Terra Indígena Mãe Maria, mesmo sabendo que, em um passado não muito distante, o grupo ao qual ele pertencia e o grupo Parkatêjê haviam travado algumas guerras –fato que permaneceu registrado para sempre na memória de D. Rônore , a “Mamãe Grande” do grupo e dos seus filhos.

A LUTA POR UM TERRITÓRIO

É na Terra Indígena Mãe Maria que o grande líder Payaré, junto com a sua querida mãe, a D. Honore e seus irmãos, mesmo com todas as divergências e dificuldades, iniciam uma nova luta política e jurídica que perdura até hoje. À revisão do direito de um território para o seu grupo, embora a justiça já tenha determinado a devolução de uma área similar àquela que foi destruída pelo Estado, na ocasião da construção da UHE Tucuruí, mas que não foi efetivada até hoje pela empresa Eletronorte.

De lá pra cá, foram mais de três décadas de luta, de resistência, de enfrentamento de um homem só, com sua mãe, contra todo um sistema opressor para ter o direito de ser ouvido e de denunciar o que todo o seu povo sofreu e perdeu com as políticas governamentais do Estado brasileiro de um tempo escuro, sombrio e sem perspectiva de futuro para os povos indígenas do Brasil.

Seu Payaré, nesse período histórico de luta, precisou se articular, se organizar e ir em busca de aliados e parceiros para denunciar as violações de direitos humanos sofridas pelo seu povo, exigindo respeito, direitos e justiça. É nessa ocasião que ele também conheceu os indigenistas do ISA, do Cimi, da Comissão Pró Índio de São Paulo, da CPT, educadores populares da região, líderes sindicais, juristas como Frederico Marés e, tantas outras pessoas que puderam ajudá-lo a mover ações judiciais contra a Eletronorte e o Estado brasileiro, que até hoje não resultaram

CONT.



em nada.

Ao longo dessa batalha ele precisou também deixar sua família e seu povo por algum tempo e em vários momentos, para numa peregrinação sem fim, no Brasil e mundo a fora, denunciar o governo brasileiro sobre essas violações. Nesse percurso chegou a ir até a OEA e ONU com o objetivo de mostrar ao mundo a forma violenta com que o país tratava os povos indígenas. Sempre retornava convicto de que era preciso apoiar e ajudar ainda mais o seu povo Gavião, agora visto como um povo só, a se preparar e se unir ainda mais para enfrentar as ameaças perversas dos grandes projetos que assolavam os territórios indígenas na região.

A LUTA CONTRA OS GRANDES PROJETOS

Várias iniciativas foram pensadas, organizadas e articuladas por essa liderança indígena para garantir os direitos dos Gavião e de outros povos indígenas frente as obras do Programa Grande Carajás. Seu Payaré, também conhecido como Edvaldo Valdenilson, seu nome de batismo, não foi só um defensor da causa indígena, foi também um grande defensor dos direitos humanos, da natureza, tão violados e violentados pelos interesses nefastos do grande capital na Amazônia ao longo desses anos.

Junto com a sua família permaneceu na Aldeia Mãe Maria até o ano de 2009, quando resolveu se separar do grupo e construir sua própria aldeia, na região norte da Terra Indígena, visto por ele como um espaço onde finalmente poderia realizar um grande sonho, que era de reorganizar o seu grupo, os Akrãtikatêjê da Montanha, enquanto um povo distinto, falando sua língua materna, observando seus usos e costumes tradicionais próprios. Na nova aldeia pode lutar com mais força, contra a empresa Vale, para terem o direito de serem assistidos pelos programas da empresa, como as etnias Gavião que outrora vivem no mesmo território Mãe Maria. Incansável, o Seu Payaré questionava e denunciava firme e duramente a forma como esta empresa comprometeu a soberania política dos grupos Gavião, através dessa "assistência", fragilizando as relações sociopolíticas e culturais do grupo, favorecendo uma série de divisões internas que fragmentou a unidade política das comunidades, bem como ocasionou uma série de impactos socioambientais, econômicos e culturais irreversíveis para a vida dos grupos Gavião, que compromete os seus projetos de vida e de futuro.

Atualmente na luta contra os grandes projetos, ele sempre se posicionou contrário à duplicação da Ferrovia Carajás e a nova ameaça da construção de outra hidrelétrica que atingiria novamente o seu povo, a UHE Marabá, exigindo que cada grupo Gavião pudesse ter o direito de ser consultado de forma livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da OIT, a Declaração Mundial dos Povos Indígenas da ONU e a própria Constituição Federal do Brasil, que aprendeu desde cedo a estudá-las, observá-las e a defendê-las como instrumentos políticos de garantia de direitos humanos e transformação de estruturas injustas de poder. Sempre manifestou, também, solidariedade e apoio incondicional à luta de outros povos indígenas na Amazônia e no Brasil pela conquista e respeito aos seus direitos.

Seu Payaré, indiscutivelmente foi um facilitador do Reino de Deus, do Bem Viver, da Terra Sem Males e de um outro mundo, melhor e possível para seu povo e para todos aqueles que

CONT.



conheceram a incomensurável nobreza de um espírito tão nobre e guerreiro. Por isso a perda de uma personalidade tão importante, que nunca chegou a vivenciar e sentir a alegria de ver o sonho se realizar, que era de usufruir o outro território que seu povo sempre teve direito e que até hoje é negado, é algo que incomoda, que revolta e que nos enche de indignação.

É por isso que no dia 30 de março de 2014, às nove horas da manhã, D. Honore, mergulhada em uma profunda dor que remonta a uma vida inteira de sofrimento, de luta, de perdas, juntamente com seus netos e família, bem como demais parentes Gavião e outros amigos - não apenas sepultou Seu Payaré naquela cova simples, no alto de uma pequena serra próxima à Aldeia Akrãti, onde reside o grupo, mas ela o devolveu para a Mãe Terra um dos seus mais nobres e valentes filhos que até o seu último momento soube viver sua vida com honra, ética e um amor profundo para com o seu povo, a natureza e a pessoa humana.

Ela sabia que assim o seu querido e primogênito filho voltaria através da terra e da natureza que sempre amou, para os seus antepassados, a fim de que este continue amparando e ajudando o seu povo a continuar forte, firme e unido na luta por justiça contra violências que não podemos esquecer, e que serve de exemplo de resistência e luta para outros povos indígenas que vivem a mesma situação hoje na Amazônia. Nesses dias, em que o grande líder indígena partiu daqui para outras terras, observamos que não tem parado de chover. Para nós, que acreditamos no Deus da Vida, este é um sinal de que a vida continua, se renova e de que a morte do Seu Payaré não foi e não será em vão.

Seus legados de justiça, de amor, de resistência, de luta, fé, solidariedade, fraternidade, comunhão pela vida e pelos direitos dos povos originários, tão ameaçados hoje em dia pela ganância do capital devem pulsar dentro de cada um dos seus descendentes e jamais ser esquecido pelos corações daqueles que o conheceram. Seu Payaré vive em todos os nossos sonhos de libertação, de justiça e de amor.

Marabá, Pará, 31 de março de 2014.

Conselho Indigenista Missionário; Comissão Pastoral da Terra; Diocese de Marabá; Pastorais Sociais Ampliadas; Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense; Justiça nos Trilhos; Sociedade Paraense de Direitos Humanos; Movimento dos Atingidos por Barragem; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Instituto Federal do Pará -Campus Marabá; Universidade do Estado do Pará -Campus Marabá; Nova Cartografia Social da Amazônia; Fórum da Amazônia Oriental; Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular; Movimento Debate e Ação; Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará; Faculdade de Educação do Campo - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.



Juiz extingue ação de indenização a posseiros retirados de reserva em MT
SÍTIO G1, 03.04.2014

*Terra Indígena Marãiwatsédé foi desocupada em janeiro de 2012.
Justiça Federal entendeu que ação proposta pela Aprosum era inviável.*

A Justiça Federal em Mato Grosso extinguiu o processo movido pela Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missú (Aprosum) que pedia indenização aos não índios que foram retirados da Terra Indígena Marãiwatsédé, reserva de 165 mil hectares localizada na região nordeste do estado. A decisão é do juiz substituto no exercício da titularidade da 1ª Vara, Ilan Presser.

A ação da Aprosum tinha ainda o objetivo de impedir nova desintrusão da terra e a reintegração ou manutenção dos autores na posse da área disputada, permitindo a permanência até a conclusão de todo o litígio. A área foi totalmente desocupada pelos não índios em janeiro de 2013, após determinação da Justiça Federal, que entendeu que a reserva pertencia aos xavantes.

A Associação alegou ainda a nulidade do processo administrativo demarcatório que criou a reserva indígena e a ausência de respeito ao contraditório e ampla defesa no processo judicial que gerou a ordem de desintrusão dos não índios naquelas terras. Afirmou também que os não índios posseiros ou proprietários que foram retirados da reserva indígena viviam há mais de 20 anos no local, se somadas com a posse dos antecessores, e realizaram benfeitorias. A ação era contra o Ministério Público Federal (MPF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

O juiz alega que a ação deve ser extinta prematuramente por causa da falta de condições da ação para o enfrentamento do mérito. A ação, diz, "busca rediscutir matéria já analisada acerca da tutela do direito dos povos indígenas", e que trata-se da proteção do direito de minorias assegurado constitucionalmente. Presser argumenta que a ocupação histórica das terras pelos xavantes já foi confirmada em primeiro e segundo grau de jurisdição, "não cabendo qualquer discussão por parte deste juízo a respeito do direito vindicado na ação de conhecimento".

O magistrado afirma ainda que o Poder Judiciário não pode suspender o cumprimento do mandado de desintrusão, porque a fase atual do procedimento é de cumprimento provisório da sentença. Sobre o pedido de retenção por benfeitorias, o magistrado considerou inadequado, porque "deveria ter sido formulado durante o processo de conhecimento, de forma individual por cada interessado, dada a necessidade de se relacionar cada uma das benfeitorias, o valor da indenização pretendida bem como a comprovação da origem da posse e sua classificação como sendo de boa fé".

Presser diz que, que como o mandado foi cumprido há um ano e os bens remanescentes foram destruídos, não tendo sido identificados os supostos beneficiários, a ação mostra-se inviável.